

HISTÓRIA DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: BREVE RELATO DO PERÍODO COLONIAL À CRIAÇÃO DA PRIMEIRA UNIVERSIDADE

Christine Veloso Barbosa Araújo

Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Social da Unimontes
Bolsista CAPES
christinevba@gmail.com

Maria Helena de Souza Ide

Doutora em Educação pela Georg-August-Universität Göttingen
Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Unimontes
mhelenaide@hotmail.com

Introdução

Este estudo tem por objetivo apresentar a trajetória de construção do ensino superior no Brasil, tendo como pano de fundo a análise das questões que protelaram a criação da primeira universidade nesse país.

A metodologia utilizada para este fim foi a revisão bibliográfica buscando fundamentação teórica nas discussões dos autores Cunha, Faria, Fávero, Mendonça e Moacyr, cujas obras são uma referência em se tratando de ensino superior.

O estudo retoma a historicidade do ensino superior no País desde a época da colonização até as primeiras décadas dos anos de 1900, quando da criação da primeira universidade brasileira, trazendo contribuições para as pesquisas em educação relacionadas à história da educação superior no Brasil.

O ensino superior no Brasil

Para efeito deste estudo, considera-se de início, o Brasil colônia e o período imperial, quando somente cursos superiores isolados eram oferecidos no país. As políticas educacionais desde essa época apontam para a manutenção dos interesses econômicos e de classe. Observa-se este fato ao verificar que a coroa portuguesa insistiu, por séculos, em manter a dependência com a Universidade de Coimbra através dos colégios jesuítas, enquanto as colônias espanholas na América Latina, nesse mesmo período, já contavam com cerca de 27 universidades.

O Brasil foi colonizado numa época em que países europeus como a França, a Espanha, Portugal e Inglaterra buscavam romper com as relações sociais herdadas do sistema de feudalismo para emergirem numa economia de acumulação de capital pela via da industrialização. O capitalismo receberia o suporte necessário para sua expansão através da exploração das colônias que complementariam a economia das metrópoles.

A fim de legitimar a exploração colonial, a Igreja Católica, também integrada ao funcionalismo do Estado, garantia a missão de educar os índios, formar os padres que iriam “ilustrar” a classe dominante e o quadro de pessoal necessário para sustentar o aparelho repressivo. Assim, o sistema educacional da colônia portuguesa foi mantido pelos padres jesuítas até meados de 1750, quando foram expulsos por não aceitarem a soberania da política do Marquês de Pombal que visava à acumulação de capital pelo Estado.

Sua expulsão provocou uma desestruturação na educação da colônia, embora essa mantivesse, desde o descobrimento, uma forte dependência com a metrópole. O ensino superior passou então por mudanças significativas provocadas pela reforma pombalina. O principal objetivo do Marquês de Pombal era colocar Portugal, um país ainda comercial, no mesmo nível das potências industrializadas do seu tempo, como era o caso da Inglaterra. A reforma pombalina atingiu profundamente o sistema educacional. No lugar dos jesuítas, assumiram o ensino “mestres e capelães de engenho”. O ensino superior se resumiu a disciplinas isoladas e a cursos superiores no Rio de Janeiro e em Olinda. A universidade de Coimbra continuou, no período pombalino, sendo a “universidade brasileira”.

A transferência da corte portuguesa para o Brasil, em 1808, trouxe consigo todo o aparato burocrático para garantir o bom funcionamento do Estado Nacional, a sobrevivência e o bem estar da monarquia, e a aliança de livre comércio feita com a Inglaterra em troca da sua proteção quando da vinda da coroa para o novo mundo. Dom João VI, que reinou até 1820, deixou sua contribuição para o ensino superior brasileiro criando vários cursos, apesar dos objetivos de cunho econômico. Segundo Mendonça (2000, p. 134), esses cursos “dariam origem às escolas e faculdades profissionalizantes que vão constituir o conjunto das [...] instituições de ensino superior até a República”. Entretanto, a universidade ainda não foi uma prioridade nesse período.

Em 1824 foi outorgada a Constituição do Império e, embora o Estado mantivesse escolas de acordo com os currículos ditados pelo imperador, era permitida a criação de escolas particulares que, de acordo com Cunha (1986), funcionavam “em regime de *laissez-faire*”. Muitas mobilizações foram feitas em defesa do ensino particular, bem como da criação da universidade. No entanto, durante o período imperial prevaleceram os cursos superiores ministrados em estabelecimentos isolados, ou cadeiras, como as aulas de medicina e farmácia do início do século XVIII, cujos objetivos perpassavam pela formação de uma elite nacional.

Já no final desse século, muitas dessas cadeiras vieram a se tornar faculdades e novos cursos foram criados, como o de direito, dada a necessidade de se formar o quadro burocrático necessário ao Estado. A criação tardia da universidade no Brasil ocorreu por volta de 1920. Ratifica-se essa afirmativa nas palavras de Mendonça (2000, p. 136), quando afirma que, “anteriormente a essa época, a adoção do sistema federativo propiciou algumas iniciativas de criação de universidades em alguns estados”, mas as universidades não se estabeleceram.

A Universidade do Rio de Janeiro foi criada em 1920 e recebeu o *status* de universidade, apesar de ter apenas agregado cursos isolados sem trazer nenhuma alteração nos seus currículos. Foi a primeira universidade que se firmou ao longo dos anos, seguida nessa mesma década pela Universidade de Minas Gerais, que foi criada em 1927.

Conclusão

O levantamento bibliográfico para realização desse estudo permitiu observar que a trajetória de construção da educação superior no Brasil atendeu a interesses políticos e econômicos desde o período colonial, retardando a institucionalização da universidade e instigando críticas sobre a criação de universidades por aglomeração de cursos.

REFERÊNCIAS

CUNHA, A. L. **A Universidade Temporã**: da Colônia à Era Vargas. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1986.

FARIA, J. C. Da fundação das universidades ao ensino na colônia, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1952, cap. XVIII. *apud* CUNHA, L. A. **A Universidade Temporã**: da colônia à Era Vargas. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1986.

FÁVERO, M. L. A. **A Universidade no Brasil**: das origens à reforma universitária de 1968. Curitiba: UFPR, 2006.

MENDONÇA, A. W. P. C. A universidade no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 14, 2000. p. 131-150.

MOACYR, P. A Instrução e o Império: subsídios para a história da educação no Brasil: 1854-1889. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937, v. 2. *apud* FÁVERO, M. L. A. **A Universidade no Brasil**: das origens à Reforma Universitária de 1968. Curitiba: UFPR, 2006.

Palavras chave: Historicidade do ensino superior. Criação da universidade brasileira. Ensino superior brasileiro.